

ANO 2014

PROCESSO Nº



Câmara Municipal de Bebedouro

SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 129/2014

OBJETO Dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de

R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que especifica.

Apresentado em sessão do dia 04/08/2014

Autoria Poder Executivo

Encaminhamento às Comissões de

Prazo final

Aprovado em 04/08/2014

Rejeitado em / /

Autógrafo de Lei nº 4828/2014

Lei nº 4877 DE 05 DE AGOSTO DE 2014



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - N° 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo

LEI N. 4877 DE 05 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, abertura de um crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para iluminação pública nos bairros Jardim De Lúcia, Jardim das Laranjeiras e Jardim das Acácias - Convênio 039/2014 - da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

07 Obras

07.01.00 Obras e Engenharia

4.4.90.00.00 15 451 5002 1035 02 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00.

Art. 3º O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 05 de agosto de 2014.

**Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal**

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 05 de agosto de 2014.

**Ivanira A de Souza
Assessor Técnico**

“Deus Seja Louvado”

000 21



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/299/2014 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 05 de agosto de 2014.

Excelentíssimo Senhor,

Informo-lhe que na sessão ordinária realizada ontem, dia 04/08, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 02/2014, de autoria do Poder Executivo, bem como os Projetos de Lei n. 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135 e 136/2014, todos de autoria do Poder Executivo.

Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo o Autógrafo de Lei Complementar n. 106/2014 e os Autógrafos de Lei de n. 4825 a 4835/2014.

Atenciosamente,


Angelo Rafael Latorre Daolio
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Fernando Galvão Moura
PREFEITO MUNICIPAL
BEBEDOURO - SP

08/08/14
Andrezza

Deus Seja Louvado

Rua Lucas Evangelista, 652 – Fone (17) 3345-9200 – CEP 14.700-425
BEBEDOURO – ESTADO DE SÃO PAULO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

AUTÓGRAFO DE LEI N. 4828/2014

Dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que especifica.

De autoria do Poder Executivo

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, abertura de um crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para iluminação pública nos bairros Jardim De Lúcia, Jardim das Laranjeiras e Jardim das Acácias - Convênio 039/2014 - da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

07 Obras

07.01.00 Obras e Engenharia

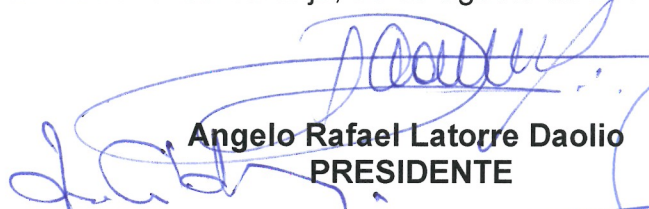
4.4.90.00.00 15 451 5002 1035 02 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00.


Art. 3º O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

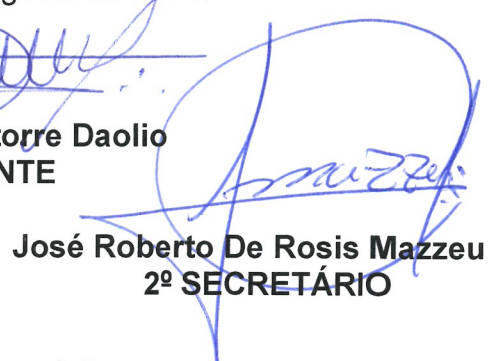
Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 05 de agosto de 2014.


Angelo Rafael Latorre Daolio
PRESIDENTE


Luiz Carlos de Freitas
1º SECRETÁRIO


José Roberto De Rosis Mazzeu
2º SECRETÁRIO

“Deus Seja Louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Parecer da Comissão de Assuntos Gerais ao Projeto de Lei n. 129/2014, de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que especifica.

O Relator da Comissão de Assuntos Gerais da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer

** Regularidade **

Sala das Comissões, 04 de agosto de 2014.

Paulo Henrique Ignácio Pereira
RELATOR

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.

José Roberto de Rosis Mazzeu
PRESIDENTE

Juliano Cesar Rodrigues
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei n. 129/2014, de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que especifica.

O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

(reprovação)

Sala das Comissões, 04 de agosto de 2014.

Tiago Bosco de Souza Elias
RELATOR

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.

Nasser José Delgado Abdallah
PRESIDENTE

Luiz Carlos de Freitas
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 129/2014,
de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que especifica.

A Relatora da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

legalidade e constitucionalidade

Sala das Comissões, 04 de agosto de 2014.

[Handwritten signature]
Sebastiana Maria Ribeiro Tavares de Camargo
RELATORA

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pela Relatora.

[Handwritten signature]
Fernando Jose Piffer
PRESIDENTE

[Handwritten signature]
José Baptista de Carvalho Neto
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 129/2014: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) que especifica.

PARECER DO ASSISTENTE JURÍDICO LEGISLATIVO

1 – Diante das atribuições pertinentes ao Assistente Jurídico – Legislativo (Resolução 74/2003) passo a emitir meu parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) que especifica.

Isto posto, passo a dar meu parecer.

EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

2 – Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, nota-se claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI, dado que a abertura de crédito adicional no orçamento municipal se insere, inegavelmente, dentre os assuntos de interesse local. Ademais, a CF/88 prevê mais especificamente em seu artigo 167, inciso V, que poderão ser abertos créditos adicionais especiais condicionados à prévia autorização legislativa.

Portanto, o que o Poder Executivo busca nesse momento, através de LEI, é apenas a **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**.

DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

3 – O artigo 58, inciso IV, da LOMB versa acerca de algumas matérias reservadas à competência exclusiva do Prefeito Municipal, dentre as quais estão as matérias orçamentárias, bem como as autorizações para abertura de créditos adicionais, que se envolvem intimamente com o orçamento municipal:

ART. 58 – Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal a **iniciativa** do Projeto de Lei que disponha sobre:

IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos adicionais ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções;

Neste aspecto, portanto, inegável que a INICIATIVA do presente PROJETO DE LEI partiu justamente de quem tinha competência para fazê-lo. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa quanto à matéria proposta.

DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

4 – Cuidou o autor do projeto de observar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, na medida em que ele esclarece que, por ocasião da abertura do crédito, que se dará por decreto executivo (vide art. 3º do projeto), é que será indicada a disponibilidade de recursos para cobrir o crédito adicional especial em questão.

“Deus seja louvado”

000 15



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

Nesse sentido, a questão comporta alguns esclarecimentos. Pois, verifica-se do artigo 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que:

Art. 42. *Os créditos suplementares especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

donde temos, que a **“autorização por lei”** e a **“abertura por decreto”** são dois atos distintos, cabendo-nos, por ora, abordarmos tão somente a questão da autorização legislativa.

Assim, muito embora possam surgir algumas dúvidas acerca da indicação dos recursos disponíveis para ocorrer às despesas especificadas no art. 1º, temos como certo de que tal indicação somente será necessária, por ocasião da efetiva ABERTURA DO CRÉDITO ESPECIAL cuja autorização ora se busca. Vai nesse sentido, não só o artigo 167, inciso V, da CF, como também o artigo 43, da Lei 4.320/64, dispositivos estes que rezam com clareza o seguinte:

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou **especial** sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Art. 43. A **abertura dos créditos** suplementares e **especiais** depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

de modo que, por ocasião da edição do Decreto (vide art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64), indispensável será a INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS em atendimento aos artigos acima mencionados, bem como indispensável será a indicação da importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, conforme determina o artigo 46, da Lei 4.320/64.

Portanto, muito embora fique o Poder Executivo autorizado desde já à abertura do crédito adicional especial, tal abertura somente ocorrerá efetivamente com a edição do decreto executivo no qual deverá conter obrigatoriamente a indicação da disponibilidade de recursos.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 743) ensina:

Os créditos especiais destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam ocorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da reserva de contingência. De outra parte, é através da utilização de créditos especiais que se tornam disponíveis os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes (CF, art. 166, §8º).

Tanto a abertura de créditos suplementares como a de especiais dependem da existência de recursos disponíveis para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa. Tais recursos provirão do **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; do **excesso de arrecadação**;

“Deus seja louvado”

00. 14



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais** autorizados e não utilizados; ou do **produto de operações autorizadas**, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-la. A Lei 4.320, de 1964, nos §§2º e 3º, do art. 43, diz o que se deve entender por **superávit e excesso de arrecadação**.

Diante do exposto, não vejo qualquer vício de competência ou legalidade que macule a inciativa contida no PROJETO DE LEI em foco. Nesse sentido, uma vez atendidos os dispositivos de lei acima mencionados, não vejo óbice à aprovação do presente PROJETO DE LEI.

É meu parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 01 de agosto de 2014.

Antonio Alberto Camargo Salvatti
Assistente Jurídico Legislativo
OAB/SP 112.825.



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro Capital Nacional da Laranja, 25 de julho de 2014.
OEP/501/2014

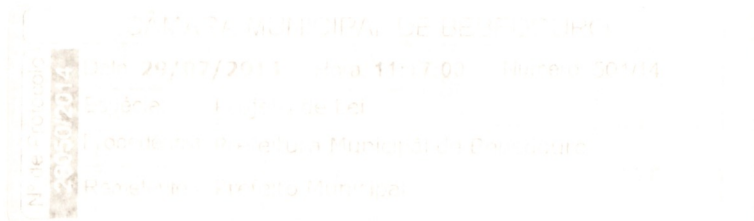
Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), que especifica.

O crédito em questão refere-se à iluminação pública nos bairros Jardim DeLúcia, Jardim Laranjeiras e Jardim das Acácias – verba oriunda do Convênio 039/2014 - da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, autorizado pelo inciso III do artigo 1º da Lei 4565 de 19 de fevereiro de 2014, conforme documentos anexos.

Cordialmente.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal



A Sua Excelência o Senhor
Angelo Rafael Latorre Daolio
Presidente da Câmara Municipal
Bebedouro-SP.

“Deus Seja Louvado”

000 12



APROVADO P/ UNANIMIDADE

EM 04 / 08 / 14

Angelo Rafael Latorre Daolio
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 129 /2014.

Dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor abertura de um crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), para iluminação pública nos bairros Jardim DeLúcia, Jardim Laranjeiras e Jardim das Acácias - Convênio 039/2014 - da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Art. 2º - Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, serão utilizadas as seguintes dotações.

07 Obras

07.01.00 Obras e Engenharia

4.4.90.00.00 15 451 5002 1035 02	Aplicações Diretas ..	40.000,00
	Total	40.000,00

ART. 3º - O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

ART. 4º- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

ART. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 25 de julho de 2014.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal





Prefeitura de Bebedouro

ADM. 2013/2016



Unindo esforços, somando competências
Praça José Stamató Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta

CRÉDITO ESPECIAL

Art. 1º. - Abertura de um crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

07 Obras		
07.01.00 Obras e Engenharia		
4.4.90.00.00 15 451 5002 1035 02	Aplicações Diretas	40.000,00
Total		40.000,00

Art. 2º. (O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo nos termos do artigo 43 da Lei Federal 4320/64).

“Deus seja Louvado”



Prefeitura de
Bebedouro

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Simão Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta

Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 23 de julho de 2014.
OF/188/2014/ws

Prezado Senhor:

Venho através do presente solicitar **EM REGIME DE URGÊNCIA** a abertura de **Crédito Adicional Especial**, com recursos do tesouro estadual (fonte 02), referente a execução de Iluminação Pública nos Bairros Jd. Delúcia, Jd. Laranjeiras e Jd. Acácias, com valor previsto de **R\$ 40.000,00** (Quarenta Mil Reais).

Aproveito ainda, no mesmo procedimento e urgência, solicitar a abertura de **Crédito Adicional** para o aporte de recursos de **contrapartida a cargo do município**, para o mesmo objeto, no valor de **R\$ 8.432,30** (Oito Mil, Quatrocentos e Trinta e Dois Reais e Trinta Centavos), na mesma rubrica orçamentária, porém fonte recurso do tesouro municipal (fonte 01).

O solicitado justifica-se pelo fato de que o município somente conseguiu viabilizar o Convênio nº 039/2014 (cópia anexa) neste exercício, quando a Lei que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2014 (LOA) já se encontrava em vigência.

Atenciosamente,

Wagner Silveira
Engenheiro Civil - GMC
CREA/SP 506.005.510-9

D.D. DIRETOR
JOSÉ MARCONDES DE SOUZA
Departamento Financeiro

[Handwritten signature]
MUNICÍPIO DE BEBEDOURO
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretor do Gabinete

“Deus seja Louvado”



CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTA POR SUA UNIDADE DE ARTICULAÇÃO COM MUNICÍPIOS, E O MUNICÍPIO DE BEBEDOURO.

CONVÊNIO Nº 039 /2014

Aos 27 dias do mês de ~~maio~~ de 2014, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, neste ato representada pelo Titular da Pasta, nos termos da autorização constante do Decreto nº 55.249, de 23 de dezembro de 2009, e do despacho publicado no DOE de 13 de ~~maio~~ de 2014, doravante designado ESTADO, e o Município de Bebedouro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.709.920/0001-11, neste ato representado pelo seu Prefeito **Fernando Galvão Moura**, doravante designado apenas MUNICÍPIO, com base nos dispositivos constitucionais e legais vigentes, celebraram o presente convênio, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e em conformidade com as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente convênio tem como objeto a transferência de recursos financeiros para execução de iluminação pública nos bairros Jardim Delucia, Jardim Laranjeiras e Jardim das Acácias, com a substituição de 70 luminárias existentes por luminárias modernas, fechadas, integradas, com difusores em policarbonato, bocal E40, providas de lâmpadas vapor de sódio de 100W e respectivos reatores, de acordo com o correspondente plano de trabalho, às fls. 13/33, que integra o presente instrumento.

VIAS A SEREM BENEFICIADAS:

BAIRRO JARDIM DELUCIA

Substituição de 12 luminárias existentes de 70W por luminárias modernas, fechadas e integradas, com difusores em policarbonato, providas de lâmpadas de 100W (vapor de sódio), nas seguintes vias:

RUA EMILIO BALARDIM, sendo 03 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre as Ruas Bento Maria e Abílio França Valente.
RUA ELIAS PATAH, sendo 03 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre as Ruas Bento Maria e Abílio França Valente.
RUA BENTO MARIA, sendo 03 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre as Ruas Emilio Balardim e Elias Patah.
RUA ABILIO FRANÇA VALENTE, sendo 03 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre as Ruas Emilio Balardim e Elias Patah.

Processo SPDR nº 0730/2014



BAIRRO JARDIM LARANJEIRAS

Substituição de 10 luminárias existentes de 80W (vapor de mercúrio), por luminárias modernas, fechadas e integradas, com difusores em polícarbonato, providas de lâmpadas de 100W (vapor de sódio), nas seguintes vias:

RUA AUGUSTO VERALDI, sendo 04 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre a Rua José Bergantini e Av. Belmiro Dias Batista.
RUA AFONSO SILVA, sendo 04 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre a Rua José Bergantini e Av. Belmiro Dias Batista.
RUA JOSÉ BERGANTINI, sendo 02 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre as Ruas Augusto Veraldi e Afonso Silva.

BAIRRO JARDIM DAS ACÍCIAS

Substituição de 48 luminárias existentes de 70W (vapor de sódio) por luminárias modernas, fechadas e integradas, com difusor em polícarbonato, providas de lâmpadas de 100W (vapor de sódio), nas seguintes vias:

RUA VER. JOÃO DE M. QUEIROS, sendo 03 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre a R. Luiz dos Santos e Av. José Paixão.
RUA ANDRÉ BOVOLATO, sendo 04 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre a R. Luiz dos Santos e Av. José Paixão.
RUA JOÃO NALON, sendo 04 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre a R. Luiz dos Santos e Av. José Paixão.
RUA DOMINGOS L. BAILÃO, sendo 04 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre a R. Luiz dos Santos e Av. José Paixão.
RUA ANTONIO RODRIGUES, sendo 04 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre a R. Luiz dos Santos e Av. José Paixão.
RUA ANGELO ZANELATO, sendo 04 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre a R. Luiz dos Santos e Av. José Paixão.
RUA LUIZ DOS SANTOS, sendo 15 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre as Ruas Ver. João de M. Queiros e Angelo Zanelato.
AV. JOSÉ PAIXÃO, sendo 10 luminárias a serem substituídas no trecho compreendido entre as Ruas Ver. João de M. Queiros e Antônio Delanez.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional, após manifestação favorável do responsável pela Unidade de Articulação com Municípios, amparada em pronunciamento do setor técnico da Unidade, poderá autorizar modificações incidentes sobre o plano de trabalho de que trata o "caput", para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedadas a alteração do objeto do ajuste ou acréscimo de valor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONVENIO: O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirão, pelo ESTADO, à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, e, pelo MUNICÍPIO, ao seu representante para tanto indicado. Municípios (SPDR/UAM), e, pelo MUNICÍPIO, ao seu representante para tanto indicado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES: Para a execução do presente convenio, o ESTADO e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

a) analisar e aprovar a documentação técnica e administrativa exigida previamente à celebração do convenio, bem assim as prestações de contas dos recursos repassados e os laudos de vistoria técnica da obra;

Processo SPDR nº 0730/2014



GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Unidade de Articulação com Municípios

b) supervisionar a execução da obra objeto do presente convênio, de responsabilidade técnica do MUNICÍPIO;

c) repassar recursos financeiros ao MUNICÍPIO, de acordo com as cláusulas quarta e quinta do presente convênio;

II - COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) executar, direta ou indiretamente, sob sua exclusiva responsabilidade, a obra de que cuida a cláusula primeira deste convênio, com início no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento dos recursos, em conformidade com o plano de trabalho e com observância da legislação pertinente, bem como dos melhores padrões de qualidade e economia aplicáveis à espécie;

b) cumprir o disposto na Lei estadual nº 9.938, de 17 de abril de 1998, com relação à acessibilidade para pessoas com deficiência;

c) aplicar os recursos financeiros recebidos do ESTADO exclusivamente para os fins aludidos no presente convênio;

d) colocar à disposição do ESTADO a documentação referente à aplicação dos recursos financeiros, permitindo ampla fiscalização do desenvolvimento da obra objetivada neste ajuste;

e) prestar contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos, conforme Manual de Orientação fornecido pelo ESTADO, sem prejuízo do atendimento às instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

f) complementar, com recursos financeiros próprios, aqueles repassados pelo ESTADO, cobrindo o custo total da execução da obra;

g) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros, resultantes da execução do objeto do presente convênio, e por eventuais danos ou prejuízos causados a terceiros, isentando o ESTADO de qualquer responsabilidade;

h) colocar e manter placa de identificação, de acordo com o modelo oficial fornecido pelo ESTADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas a que se refere a alínea "e" do inciso II desta cláusula será encaminhada pelo MUNICÍPIO ao ESTADO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento da obra detalhada no cronograma físico-financeiro às fls. 33, e será encartada aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão competente.

Processo SPDR nº 0730/2014

3

“Deus seja Louvado”

06 000



GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Unidade de Articulação com Municípios

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente convênio, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do ESTADO, fica o MUNICÍPIO obrigado a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, sob pena de imediata instauração da tomada de contas especial do responsável, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança, computada desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O ESTADO informará o MUNICÍPIO sobre eventuais irregularidades encontradas na prestação de contas, as quais deverão ser sanadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento desta comunicação, aplicando-se o mesmo procedimento do parágrafo anterior no caso de recolhimento de valores utilizados indevidamente.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR: O valor do presente convênio é de R\$ 48.432,30 (quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e dois reais e trinta centavos) dos quais R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), de responsabilidade do ESTADO e o restante de responsabilidade da PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos de responsabilidade do ESTADO serão repassados ao MUNICÍPIO em uma única parcela, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, desde que atendidas as formalidades legais e regulamentares vigentes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DE SUA APLICAÇÃO: Os recursos de responsabilidade do ESTADO a serem transferidos ao MUNICÍPIO são originários do Tesouro do Estado e onerarão a Natureza da Despesa 4.4.40.51.01 - Transferência a Municípios - Obras, Código 29.01.12 - Unidade de Articulação com Municípios, Programa de Trabalho Resumido 04.127.2913.2272.000 - Atuação Especial em Municípios, dotação orçamentária do corrente exercício da SPDR/UAM, ao passo que os recursos a cargo do MUNICÍPIO onerarão a natureza de despesa nº 449051.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos transferidos pelo ESTADO ao MUNICÍPIO, em função deste ajuste, serão depositados em conta vinculada ao convênio, no Banco do Brasil S.A., devendo ser aplicados, exclusivamente, na execução do objeto deste convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O MUNICÍPIO deverá observar ainda:

1. no período correspondente ao intervalo entre a liberação dos recursos e a sua efetiva utilização, estes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S.A., em caderneta de poupança, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos de dívida pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos inferiores a um mês;

Processo SPDR nº 0730/2014

4

“Deus seja Louvado”



GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Unidade de Articulação com Municípios

2. as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, na execução da obra objeto deste ajuste;
3. quando da prestação de contas de que trata a cláusula terceira, inciso II, alínea "e", deverão ser apresentados os extratos bancários contendo o movimento diário (histórico) da conta, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pelo Banco do Brasil S.A.;

4. o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará o MUNICÍPIO à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse e até a data do efetivo depósito;

5. as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas serão emitidas em nome do MUNICÍPIO, devendo mencionar o número deste Convênio.
- PARÁGRAFO TERCEIRO:** Compete ao MUNICÍPIO assegurar os recursos necessários à execução integral do objeto a que se refere este convênio, nos termos do artigo 116, § 1º, inciso VII, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente convênio é de 720 dias contados da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo motivo relevante e interesse dos participantes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A mora na liberação dos recursos, quando devidamente comprovada nos autos, ensejará a prorrogação deste convênio, desde que autorizada pelo Titular da Pasta, pelo mesmo número de dias de atraso da respectiva liberação. Independentemente de termo de aditamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO: Este convênio poderá ser denunciado pelos participantes, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e será rescindido por infração legal ou descumprimento de qualquer de suas cláusulas, promovendo-se, nessas duas hipóteses, ao competente acerto de contas.

CLÁUSULA NONA - AÇÃO PROMOCIONAL: Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, obedecidos os padrões estipulados por esta última, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37, da Constituição Federal.

Processo SPDR nº 0730/2014

5

“Deus seja Louvado”

04 000



GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO
 Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
 Unidade de Articulação com Municípios

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir litígios oriundos da execução deste convênio, após esgotadas as instâncias administrativas.

Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas também abaixo assinadas.

São Paulo, 27 de maio de 2014.

CIBELE FRAZÃO
 Secretária Regional
 Artigo 52, inciso I, do Estatuto do Funcionário Público do Estado de São Paulo

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
 Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

IVANI VICENTINI
 Respondendo pelo Expediente da Unidade de Articulação com Municípios

FERNANDO GALVÃO MOURA
 Prefeito do Município de REBEDOURO

TESTEMUNHAS:

1. NOME: _____
 RG: _____
 CPF: _____

2. NOME: _____
 RG: _____
 CPF: _____

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo
 Dia: 29.05.14
 FLS: 05
 SPDR/UAM

Processo SPDR nº 0730/2014

"Deus Seja Louvado"

contrato;

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário;

Acácias;

Art. 2º Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão à iluminação pública dos bairros Jardim De Lúcia, Jardim das Laranjeiras e Jardim das

utilização dos recursos a serem repassados;

Parágrafo único. A cobertura do crédito autorizado no inciso III será efetuada mediante a

fazer face às despesas com a execução das obras e/ou aquisições;

III - abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para

condições estabelecidas pela referida secretaria;

II - assinar com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no inciso I deste artigo, bem como as cláusulas e

Tesouro do Estado;

I - receber o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido procedentes do

Art. 1º Fica o Executivo municipal autorizado a:

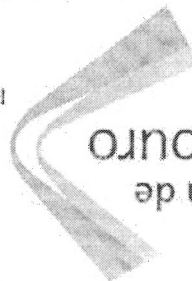
O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei;

Autoriza a Prefeitura Municipal de Bebedouro a receber, mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido.

LEI Nº 4565 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Praça José Snamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-002 - (EX-Fiscal) 361
 CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
 BEBEDOURO - Estado de São Paulo
 Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Unindo esforços, somando competências



**Prefeitura de
 Bebedouro**



ADM. 2013/2016

"Deus Seja Louvado"

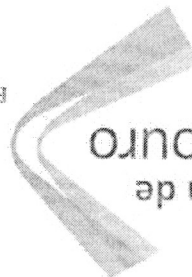
Ivanira A. de Souza
Assessor Técnico

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 19 de fevereiro de 2013.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Bebedouro 18 de fevereiro de 2013.

Unindo esforços, somando competências
Praça José Guanajuato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 561
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. ISENTA
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br



Prefeitura de
Bebedouro

ADM. 2013/2016

